

Alan da Costa Macedo
Fernanda Carvalho Campos e Macedo

AS MICRORREFORMAS PREVIDENCIÁRIAS QUE ANTECEDERAM A EC 103/2019

**Comentários aos Principais Pontos
das Legislações Reformistas que
Antecederam a Macrorreforma
da Previdência Social**

**De Acordo com a Legislação Vigente
até o Início do Ano de 2022**

Prefácio de Adriane Bramante de Castro Ladenthin

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9986-0

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

1221873

Macedo, Alan da Costa.

M141 As microrreformas previdenciárias que antecederam a EC 103/2019: comentários aos principais pontos das legislações reformistas que antecederam a macrorreforma da previdência social./ Alan da Costa Macedo, Fernanda Carvalho Campos e Macedo./ Curitiba: Juruá, 2022.
200p.: il.; 21cm

1. Reforma previdenciária. 2. Direito previdenciário.
3. Previdência social. I. Macedo, Fernanda Carvalho Campos e. II. Título.

00034

CDD 344.01 (22.ed)

CDU 331.836

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 BREVE ABORDAGEM SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL COMO PILAR DA SEGURIDADE SOCIAL NO MUNDO E IMPLANTAÇÃO DE UM MODELO HÍBRIDO NO BRASIL.....	19
2 A REFORMA ORÇAMENTÁRIA NO CONTEXTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 – TETO DE GASTOS PÚBLICOS – E OS REFLEXOS PARA AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA	25
3 A APROVAÇÃO DAS REFORMAS TRABALHISTAS E OS PONTOS DE COMUNICAÇÃO COM AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA.....	31
4 A PROPAGANDA POLÍTICO-GOVERNAMENTAL SOBRE O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA COMO JUSTIFICADORES DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS QUE SE SUCEDERAM	39
5 TEORIA GERAL DO PROCESSO COM ÊNFASE NA ATIVIDADE PROBATÓRIA.....	43
6 O DIREITO À PROVA JUSTA COMO BASE DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	47
7 CRÍTICAS SOBRE O JUIZ COMO ÚNICO DESTINATÁRIO DA PROVA, LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO E O DEVER DE IMPARCIALIDADE EM CONFRONTO COM O JUIZ IMPULSIONADOR DA ATIVIDADE PROBATÓRIA.....	51
8 O INSTITUTO DO ÔNUS DA PROVA E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	61

9	ALGUNS DOS PRINCIPAIS PRIMADOS DO PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO	71
9.1	PRINCÍPIO DA MÁXIMA PROTEÇÃO SOCIAL	72
9.2	INTERPRETAÇÕES <i>IN DUBIO PRO MISERO</i> NO CONTEXTO DA HIPOSSUFICIÊNCIA DO SEGURADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	72
9.3	CELERIDADE, EFETIVIDADE E DEVIDO PROCESSO LEGAL....	74
9.4	INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.....	76
9.5	PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO E SUA PROXIMIDADE COM O DIREITO PREVIDENCIÁRIO	77
9.6	PRIMADO DA VERDADE.....	78
9.7	PRINCÍPIO DA COISA JULGADA CONFORME O EVENTO PROBATÓRIO.....	81
9.8	PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO ACERTAMENTO DAS DECISÕES PREVIDENCIÁRIAS	84
9.9	ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO PREVIDENCIÁRIO	86
10	DA MP 739/2016 À LEI 13.457/2017.....	89
11	A MICRORREFORMA PREVIDENCIÁRIA REALIZADA PELA LEI 13.846/2019	97
11.1	A CRIAÇÃO DO BÔNUS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL (BMOB E BPMB) PELA LEI 13.846/2019 PARA SERVIDORES QUE REALIZAREM AS AVALIAÇÕES DOS DOIS PROGRAMAS (ESPECIAL E DE REVISÃO).....	105
11.2	COMENTÁRIOS A ALGUNS ESPECIAIS DISPOSITIVOS DA LEI 8.213/1991 ALTERADOS PELA LEI 13.846/2019	107
11.2.1	Qualidade de Segurado e Auxílio-Acidente	107
11.2.2	Prova da União Estável e Exclusão da Qualidade de Dependente	108
11.2.3	Inscrição <i>Post Mortem</i> de Segurado Contribuinte Individual e de Segurado Facultativo	109
11.2.4	Filiação/Inscrição <i>Post Mortem</i> no RGPS.....	110
11.2.5	Requerimento de Benefícios nos Cartórios de Registro Civil..	111

11.2.6	Carência Salário-Maternidade e Auxílio-Reclusão	112
11.2.7	Retirada do Auxílio-Reclusão, Salário-Maternidade (das Demais Categorias) e Pecúlios do Rol de Benefícios Isentos de Carência.....	112
11.2.8	Acréscimo do Auxílio-Reclusão nas Hipóteses de Perda de Qualidade de Segurado e Recuperação da Carência	113
11.2.9	Salário de Benefício Atividades Concomitantes – Regra de Cálculos.....	113
11.2.10	Regras para o Cadastramento de Segurados Especiais – Tarifação de Provas e Direito Fundamental à Prova	115
11.2.11	Direito do Segurado Especial a Benefícios Assegurados Mediante Cumprimento das Normas Probatórias Impostas pelo Art. 38-A e 38-B	123
11.2.12	Início de Prova Material Contemporânea aos Fatos que se Pretende Provar.....	129
11.2.13	Concessão do Auxílio-Doença para o Segurado Recluso	130
11.2.14	Reabilitação Profissional e Desvio de Cargo ou Função.....	131
11.2.15	Salário-Maternidade para Seguradas Desempregadas em Período de Graça.....	141
11.2.16	Prazo Prescricional – Pedido de Pensão por Morte e Habilitação de Dependentes.....	142
11.2.17	Pensão por Morte no Caso de Dependência Econômica do Ex-Cônjuge/Companheiro(a) e a Relação com os Alimentos Provisórios	145
11.2.18	Suspensão Provisória da Pensão por Morte do Dependente na Hipótese do § 1º do Art. 74, Antes do Trânsito em Julgado e Apenas sob Índícios de Autoria.....	147
11.2.19	Auxílio-Reclusão, Baixa Renda, Regime Fechado	149
11.2.20	Emissão da CTC nos Casos de Contagem Recíproca de Tempo de Contribuição.....	153
11.2.21	Prazo de Decadência do Direito ou da Ação do Segurado ou Beneficiário para a Revisão do Ato de Concessão, Indeferimento, Cancelamento ou Cessação de Benefício.....	158
11.2.22	Comprovação do Exercício de Atividade Rural.....	159
11.2.23	Prova para Representação de Segurado Interditado e Representação por Acusado de Homicídio do Instituidor de Pensão..	160
11.2.24	Descontos Administrativos nos Benefícios Previdenciários ...	162
11.2.25	Direito de Regresso	166

12 ALTERAÇÕES DA LEI 8.212/1991 PELA LEI 13.846/2019	169
12.1 PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES PELOS CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS (CRCPN) AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, AO INSS E À RECEITA FEDERAL DO BRASIL	169
12.2 OBRIGAÇÃO DO TITULAR DE CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS JUNTO AO INSS	170
12.3 PROGRAMA PERMANENTE DE REVISÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS COM IRREGULARIDADES.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	179
ÍNDICE REMISSIVO	185